



EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NA ERA DIGITAL

Amanda Monteiro Alves¹

Carolina Cherubini Costa Freire²

Orientador: Vanessa Lacerda Tarouco³

RESUMO

Diante da proposta apresentada na matéria de Projetos Integradores de Prática Docente - Prática de Ensino I, uma pesquisa foi realizada em uma escola estadual, considerada de qualidade em Cuiabá-MT. Dessa forma, o presente estudo teve-se como objetivo analisar a inserção das tecnologias digitais com os alunos, as perspectivas esperadas para essa inserção pela visão dos professores e de que forma, tais ferramentas são vistas como meios potencializadores do processo de ensino e aprendizagem. Para tal, foram realizadas duas entrevistas com duas professoras do 5º ano e um estudo bibliográfico do assunto, de forma que fosse possível a interpretação da realidade encontrada, diante dos conceitos e soluções dos textos pesquisados. Assim, com aulas pouco atrativas e descontextualizadas, percebe-se que o conceito de qualidade tornou-se relativo à organização estrutural, e não mais o processo de ensino e aprendizagem, o que transparece não existir problemas enquanto eles existem. Bem como a inserção de computadores em uma sala de informática não garante que os alunos estejam usufruindo destes, necessitando que a postura do professor e da escola perante a Era Digital seja diferente e mais democrática.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação; Tecnologia; Era Digital;

¹Estudante do curso de Licenciatura plena em Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Campus Cuiabá-MT. E-mail: amanda14monteiro@gmail.com

²Estudante do curso de Licenciatura plena em Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Campus Cuiabá-MT. Membro Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Educação. E-mail: carolbinicosta@gmail.com

³Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2017). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande (2011).



INTRODUÇÃO

É costumeiro pensar que as tecnologias digitais estão, a todo o momento, entre nós e nos influenciando, pois o celular se tornou um objeto quase vital para a sobrevivência do ser humano, nele se encontra a maioria dos nossos documentos, nossas memórias, nossas relações etc. Entretanto, diante do sistema público educacional brasileiro, existem ainda questões, resultantes desta nova Era Digital, que podem não ser encontradas em sala, tanto pela falta de orçamento na inserção da tecnologia, despreparo dos professores para lidar com os objetos (ou essa nova realidade), quanto a falta de discussão sobre o assunto.

Nesse sentido, foi feita uma pesquisa em uma escola estadual em Cuiabá-MT, considerada de qualidade, com intuito de analisar a inserção das tecnologias digitais com os alunos dentro do âmbito educativo, para que consigamos compreender as perspectivas futuras quanto a essa realidade e de que forma a escola e os professores analisam esses meios no processo de ensino e aprendizagem. Assim, o objetivo desta pesquisa é de propor uma reflexão sobre como o trabalho docente é influenciado pela evolução constante das novas tecnologias, e como essa influência é recebida e tratada dentro da perspectiva do ensino público de qualidade em Cuiabá-MT. Além disso, busca-se obter uma mudança positiva no comportamento dos professores e alunos dentro da sala de aula, pois, muitas vezes, as escolas se encontram mergulhadas em posturas de desinteresse, e indisciplina, tornando está reflexão uma proposta de mudança significativa na formação dos novos professores, na atuação dos atuais e na educação de modo geral.

METODOLOGIA

Foi feita uma pesquisa de campo em uma escola a partir de entrevistas com professores, de forma que obtivemos a permissão de gravar as conversas para, em seguida, haver a discussão diante da base teórica utilizada e os dados coletados, comparando a realidade observada com as informações técnicas de nosso acervo bibliográfico. Na primeira entrevista, foi feita uma conversa com duas professoras (**Professora A** [Língua Portuguesa] e a **Professora B** [Pedagogia]) do 5º ano, em que foi discutido questões técnicas da escola e os aparatos. Em outro dia, foi feita uma conversa mais informal, dessa vez, apenas com a Professora A, em que foram abordadas questões da própria opinião da professora em relação às tecnologias digitais.



O TRABALHO DOCENTE EM MEIO ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Mesmo que com pouca visibilidade pela maioria dos estudantes, é aberto o convite para pesquisa nos cursos de graduação para professores, pois existem matérias específicas, como por exemplo, Metodologia do Trabalho Científico, para que os futuros professores tenham embasamento na sua prática e consigam criar novas metodologias diante dos desafios que enfrentam. Entretanto, entender de pesquisa não está limitado às carreiras acadêmicas ao tratar das licenciaturas, pois ser pesquisador vai além da universidade, é praticamente um modo de levar a vida. (BAGNO, 2000, p. 15). Afinal, o professor-pesquisador precisa ser uma pessoa crítica, capaz de questionar as informações que recebe e a própria prática docente, bem como deve saber buscar os conhecimentos e interpretá-los, e no contexto da Era Digital, é preciso saber utilizar também de forma produtiva os aparelhos tecnológicos. Dessa forma, o objetivo do professor-pesquisador não é de ensinar apenas conteúdos acabados aos alunos, mas ensiná-los a pesquisar, tanto de forma a saber usufruir dos aparatos digitais para pesquisa quanto como uma postura de pesquisador, pois só assim seria possível formar cidadãos e ampliar os conhecimentos, o que não pode estar limitado apenas à sala de aula, deve ser uma atitude habitual do professor em sua filosofia de vida e em suas atitudes. (DEMO, 1997, p.83 - 88) (BAGNO, 2000, p. 16)

Para com esse propósito, Bagno, no livro “Pesquisa na Escola: o que é, como se faz”, relata que o professor deve ter um papel de **orientador** para que os estudantes aprendam a pesquisar, pois “*Ensinar a aprender é criar possibilidades para que uma criança chegue sozinha às fontes de conhecimento que estão à sua disposição na sociedade*” (2000, p. 14) De forma que, diante do “bombardeio” de informações que recebemos, as informações úteis possam ser absorvidas e separadas de, bem como o autor chamaria, “inutilidades, modismos, pseudociências, superstições e futilidades”(2000, p. 15) Assim, o autor completa que “antes de pedir a eles que façam por conta própria uma pesquisa, você deve mostrar a eles como se faz esse tipo de trabalho” (2000, p. 24)

Analogamente à necessidade de ensinar os estudantes a pesquisar, é evidente que deve haver instrumentos para que a pesquisa seja realizada. Bem como Bagno (2000, p. 60) discorre sobre a realidade da maioria das escolas públicas, em que faltam muitos materiais,



principalmente tratando-se dos novos meios de comunicação, que hoje, são quase indispensáveis para uma pesquisa de qualidade. Ou seja, mesmo sabendo que existem dificuldades orçamentárias, o autor propõe que não podemos nos contentar que a escola continue não acompanhando as transformações que ocorrem fora do âmbito escolar, pois os novos aparatos tecnológicos, segundo ele, “devem ser usados para tornar o aprendizado mais atraente, mais atualizado, mais vivo”.(BAGNO, 2000, p. 62) Além de que, com um computador com acesso a internet, o número de conteúdo alcançável para uma pesquisa é muito maior do que em uma biblioteca inteira, o que torna as salas de informática muito importantes como meio de pesquisa para os alunos e professores.

A falta de material é considerada alarmante na educação brasileira, e até mesmo em contextos em que as escolas são consideradas como de qualidade, existem deficiências, principalmente se tratando das tecnologias digitais. Tal perspectiva ficou evidente ao entrevistar a professora A do 5º ano da escola pública, tida como de qualidade, em Cuiabá-MT, pois, de acordo com o que ela relata, é preferível lecionar aulas no método tradicional por conta da burocracia para conseguir liberar os celulares para a pesquisa em sala e a falta de computadores que funcionem, assim, os aparelhos eletrônicos acabam por não serem utilizados, e as aulas, conseqüentemente, se mantêm estagnadas.

Além disso, os dados revelam que existe uma sala de vídeo separada com um *Data Show*, mas que o agendamento é inviável, pois apenas após o sexto ano é permitido o uso, e que, por conta disso, a sala nunca foi utilizada por nenhuma das entrevistadas. Ademais, a falta de uso, por conta do mau funcionamento dos aparelhos, está entre um dos motivos pelo desinteresse dos docentes nas tecnologias, pois durante a entrevista, foi relatado que um ano antes haviam feito um curso para todos os professores para saberem utilizar os aparelhos digitais, mas não era aplicado por conta do mal funcionamento ou pela desordem que causaria esse tipo de atividade. Ou seja, mesmo em casos de políticas públicas efetivadas, a inserção real pode não ocorrer, sejam pelas situações orçamentárias precárias que não conseguem dar manutenção aos aparelhos, pela própria escolha docente de não utilizar ou até mesmo pelo conformismo de alguns professores com o método tradicional.

Na escola pesquisada, a realidade encontrada não era degradante visualmente, pelo contrário, a escola possuía uma ampla área de recreação, salas de aula organizadas e uma limpeza excelente. Entretanto, as professoras relatam que os alunos são extremamente



desinteressados nas aulas e que a escola não possuía mais significado para eles. Segundo uma das professoras, a situação para ela era de descrença sobre o futuro da educação, pois os alunos não anotam nada e o único motivo que estimulam eles a irem para a escola é intervalo com os amigos, o que leva ela a concluir que a escola teria virado um “ponto de encontro”, perdendo seu real significado.

Dessa maneira, com aulas maçantes e fora do contexto, em geral, frenético de informações dos alunos, a constante indisciplina em sala de aula seria o resultado mínimo esperado, pois a escola, bem como a professora entrevistada relatou, está se tornando apenas um “ponto de encontro” entre os estudantes, de forma que as aulas não fazem mais sentido e a figura do professor entra em descrédito.

Nesse contexto, Araújo (1999, p. 43) afirma que:

[...] para a construção de ambientes escolares democráticos, é urgente a transformação da realidade escolar e da forma com que se estruturam as relações interpessoais. A escola [...] não pode mais se limitar ao papel de transmissora de conteúdos científicos e culturais acumulados pela humanidade. Ela deve se tornar mais interessante para os alunos e alunas que a frequentam e os conteúdos precisam estar mais contextualizados em seu cotidiano e nas suas necessidades. [...] A constituição da autoridade docente perante os estudantes de um mundo globalizado em rápida transformação solicita que essa escola seja diferente da que conhecemos.

Nesse sentido, para que se obtenha trabalho docente de qualidade é indispensável o acesso às novas tecnologias, e uma metodologia consistente, inclusive com abordagem teórica que dê subsídio ao objeto de estudo do que se pretende pesquisar, conhecer! O que torna a situação da educação pública brasileira com bastante descrédito, por parte de seu público, em relação à qualidade da educação ofertada é a falta de equipamentos e de condições objetivas para a realização de trabalhos com acesso garantido aos recursos digitais. Esta pesquisa constatou que as bibliotecas são precárias (da escola pesquisada, há apenas uma estante com poucos livros e o laboratório de informática não é acessível aos estudantes). Assim, a partir do momento que não há recursos investidos, as ferramentas necessárias para uma educação com qualidade não existem, deixando os professores sem perspectiva em seu ofício e os estudantes sem vontade de aprender, não há como deixar de entender que as ferramentas digitais, as mídias sociais concorrem com a curiosidade epistemológica dos estudantes e dos docentes a todo momento, no tempo presente, o que significa dizer que a escola que não acompanha a



linguagem informacional e os seus recursos, enquanto instituição educacional perde concorrencialmente para as outras alternativas de ensino, seja no campo formal ou informal como se instituem na vida social. Ademais, é importante ressaltar a importância da orientação da forma correta de usar os aparelhos eletrônicos, pois bem como fonte quase inesgotável de conhecimento, também é fonte quase inesgotável de distrações sem fundamento, o que torna ainda mais necessário o aprendizado de uma forma pertinente de manusear os aparelhos, construindo limites e orientando os estudantes para não se perderem no vício por “inutilidades”.

Os dados mostram que os estudantes, na grande maioria dos dias letivos, não entram em contato com nenhuma forma de aparelho tecnológico na escola. Além de que, cerca de 5% deles não possuem acesso em casa às novas tecnologias. Segundo as professoras, a sala de informática existe e possui poucos aparelhos funcionando, mas não existe uma rede de internet para o uso amplo dos discentes, afinal, até mesmo os professores, com acesso à rede, possuem dificuldades de acesso. Tal precariedade de acesso à Internet inviabiliza atividades de pesquisa. Outro ponto se refere aos celulares dos estudantes, segundo a professora entrevistada, os aparelhos de celulares são coletados no início da aula e devolvidos apenas ao final, sendo que não podem utilizar nem no intervalo, havendo apenas uma exceção à regra, em que os celulares são permitidos para pesquisa desde que o professor solicite à coordenação para o uso em algum dia específico mediante uma atividade extraordinária. Nesse contexto, a professora de Língua Portuguesa relata que dificilmente utilizaria qualquer um desses meios, pois não vê em sua matéria uma forma de utilizar desses aparelhos sem causar qualquer indisciplina, logo, apenas passa a matéria no quadro, sem preocupar-se se todos vão copiar ou não. Dessa forma, mesmo que a falta de materiais diferenciados seja um motivo pelo desinteresse, a própria professora não busca outras metodologias, o que desqualifica ainda mais o trabalho pedagógico realizado na escola.

Além disso, ao não permitir aparelhos eletrônicos dentro de sala de aula, bem como ocorre na escola pesquisada, cria-se um ambiente mais favorável para quebra da autoridade do professor, fazendo-o entrar em descrédito, pois o estudante, ao ver seu aparelho pessoal sendo retirado, sente-se violado, estimulando, assim, desconforto em relação à atitude do professor. Ou seja, o docente perde credibilidade, pois é questionado sobre o seu potencial pedagógico, sobretudo ao restringir as formas de acesso ao mundo digital, até mesmo pelos meios próprios dos estudantes, os seus celulares.



Portanto, na perspectiva de Demo (1997) e Bagno (2000) é importante que as práticas pedagógicas, nas escolas, promovam a autonomia dos estudantes, ensinando-os a pesquisar, a terem curiosidades epistemológicas, de forma que a participação dos estudantes seja um elemento fundamental para que as aulas sejam mais interessantes. Sendo assim, o professor coloca-se na condição de mediador, ou seja, fortalece a relação cognoscível entre sujeito e objeto de modo a valorizar a dialética do conhecimento. Além disso, dar voz aos estudantes faz parte do exercício da democracia em sala de aula, fazer parte, tomar parte de estar a par colocando-se com a sua opinião, são ações importantes para desenhar um perfil pedagógico democrático em sala de aula

Além disso, não apenas é necessária a reconstrução da autoridade do professor, mas o sentimento de respeito, bem como Araújo (1999) defende a presença da admiração e afetividade, pois, de acordo com ele:

Se não houver a presença desses sentimentos, e a relação for baseada somente no medo de punição, o sujeito subordinado poderá até obedecer ao superior hierárquico, mas não o legitimará como uma autoridade que deve ser respeitada. (1999, p. 42)

Portanto, o autor sugere meios para que a organização do trabalho escolar seja pautado pelo respeito, pela dinamicidade do saber, da produção de conhecimentos, com posturas interacionistas, dialéticas e democráticas, tanto por parte dos profissionais quanto do público da instituição. É muito importante que o Projeto Político Pedagógico da escola pautar a afirmação de alguns valores importantes para toda a comunidade, de forma que é preciso a **construção de valores**, tanto dentro dos conteúdos, quanto nas relações pessoais, **conteúdos com temas voltados ao dia a dia dos alunos** (ou “temas transversais”), **aulas mais participativas, criativas e dinâmicas**, em que exista diálogo e reflexão, bem como é preciso ainda que exista a construção da autonomia dos sujeitos, com seu **autoconhecimento**, é fundamental promover a descoberta do conhecimento de forma criativa, participativa, trazendo uma nova e mais interessante dinâmica de convívio em sala de aula. (ARAÚJO,1999, p. 44 - 46).



Quando falamos sobre democratização nas escolas, não significa apenas ampliar o acesso a elas, mas, torná-la mais abrangente nas oportunidades dadas aos alunos. Sugere um pensamento crítico, liberdade de opiniões, sentimentos e vontades práticas no ambiente escolar. Atualmente nas escolas, é dado no início do ano letivo um cronograma a ser seguido e orientado pelo professor, tornando as possibilidades muito fixas e repetindo os mesmos métodos ao trabalhar em uma sala de aula, fazendo com que grande parte de seus alunos sintam desinteresse por conta da falta de criatividade, entusiasmo e novidade durante as aulas.

É importante que a escola seja um entrelaçar de expectativas e sonhos, dos docentes e dos estudantes na busca por um processo educacional que se afirme, cotidianamente, por meio da autonomia dos sujeitos envolvidos, da compreensão crítica da realidade, da busca pela superação das dificuldades considerando o bom uso das tecnologias e ferramentas informacionais e é pertinente a fala de Araújo (1999, p.45) ao tratar do modelo expositivo tradicional que não atrai a atenção dos jovens de hoje:

Incluir novos conteúdos na escola mas continuar preso a um modelo de transmissão de conhecimento, com aulas meramente expositivas, pressupondo um aluno passivo cujo papel é o de mero receptor de conhecimentos que depois lhe serão cobrados nas avaliações, não contribui para a construção de sujeitos críticos e autônomos.

Nesse contexto, ao reconhecer o papel da autonomia dos estudantes em sala de aula, a cena pedagógica compõe-se de uma riqueza de novas descobertas que vão se alinhando uma a uma. O problema surge quando a participação e o acesso a essas comunidades são limitados ou restritos aos discentes. A falta de produção intelectual, de debates para exposição de ideias e das críticas sociais afasta os estudantes da realidade e da possibilidade de serem sujeitos politicamente interessados e ativos, afetando sua dignidade e seu reconhecimento de direitos como cidadão, o que intensifica a exclusão social, é preciso tomar muito cuidado no plano educacional para que o uso das tecnologias, sendo feito de forma massificada, ao invés de democratizar o tão sonhado acesso, aqui defendido, possa inverter a lógica inclusiva. Há processos educacionais que excluem, tornam o acesso abissalmente desigual e isso prejudica, em demasia, grande parte dos estudantes. Costa (2011, p. 110) contribui com a temática deste estudo mostrando que:



A exclusão digital traz apenas mais uma faceta às outras exclusões já vividas e conhecidas por essa faixa da população; por isso há a preocupação em tratar a inclusão digital como uma facilitadora de outras inclusões, e não apenas focada no uso técnico das novas ferramentas

A exclusão digital na escola ocorre quando o uso da tecnologia não promove o desenvolvimento e participação de seus estudantes, de forma igualitária. Um professor deve ter a consciência que uma atividade em que seja necessária a pesquisa através da internet, possa ser de difícil acesso a uma quantidade de estudantes em sala. Ao se tornar uma ação assídua, esses alunos tomam para si a incapacidade de buscar determinado assunto, o que leva ao desinteresse pelas aulas. Desse modo, não ter acesso a esse meio e à dinâmica digital contemporânea, resulta na exclusão da própria vida em sociedade, dando origem a nova espécie de isolamento, ou de analfabetismo, nesse caso nomeado *Analfabite*⁴.

Considerando a inclusão e a educação digital e sua participação democrática, cabe ressaltar o art. 205 da Constituição Federal, o qual afirma que a educação será promovida e incentivada visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ou seja, a educação digital não é apenas a sabedoria técnica para operar meios digitais e ter voz na sociedade, o qual é muito importante, mas também conhecimentos, entre outras coisas sobre suas potencialidades transformadoras, bem como sobre os direitos políticos e o discurso democrático.

Essa ação é reforçada por Lemos e Costas (2005, p. 02) quando afirmam que:

[...] estar inserido digitalmente passa a ser considerado um direito dos cidadãos e uma condição fundamental para a sua existência no mundo da informação e das comunicações globais. Incluir os cidadãos à era da informação passa a ser uma obrigação para os poderes públicos já que comumente associa-se inclusão digital como um a forma de inclusão social.

Em um artigo publicado por Mendonça é apresentado materiais divulgados pela TIC de 2016, em que há, aparentemente, uma universalização dos equipamentos nas escolas públicas investigadas que participaram do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), pois em 95% delas existe ao menos um computador ou notebook conectado à internet. Logo, observa-se que diante de projetos e programas de inclusão digital, o governo se qualifica como

⁴ [Neologismo] Aquele que não possui conhecimento no mundo virtual suficiente para decodificar a linguagem e tecnologias da internet. (MALIKOSKI, Fabio. 2017)



alguém que está atuando bem e fazendo seu papel referente a inclusão digital para população que contém acesso à educação. Além disso, ao mostrar dados como esse, configura-se como se as medidas de inclusão digital seriam um desafio já superado, o que resulta no pensamento que a quantidade de pessoas que obtém acesso a essas tecnologias, é a mesma daqueles que estão incluídos. Dessa forma, o problema da exclusão digital não é resolvido, e pior, persiste sem perspectiva de mudança.

Em uma segunda entrevista, desta vez apenas com a professora de Língua Portuguesa, perguntamos sobre como ela lidaria com as novas tecnologias se estas fossem de fato inseridas na escola, e sua resposta é otimista, pois relata que existiriam mais possibilidades de elaborar uma aula mais atrativa e dinâmica, porém, deixa claro que não acredita que a tecnologia por si só garantiria aulas melhores, e sim são necessárias mudanças em muitos outros aspectos. Pode-se dizer que foi contraditório a afirmação de que são precisas mudanças em outros aspectos, pois a própria postura da professora, bem como ela havia comentado, não muda no dia a dia. Assim, o professor acaba não buscando mudanças enquanto não há ferramentas, dependendo de que em algum dia o estado consiga por si só mudar o rumo da educação. Portanto, bem como é importante que o governo ofereça meios mais eficientes para uma educação de qualidade, também é essencial que o professor faça uma autorreflexão sobre sua forma de atuar, pois é possível que um dos outros aspectos para mudar a educação seja sua própria conduta.

Além do mais, de acordo com o Ministério da Educação e Cultura, as características de qualidade de educação no Brasil podem ser: um ambiente educativo, prática pedagógica, ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, acesso e permanência dos alunos na escola, doutrinação dos professores para com os alunos e avaliações mensais com bons resultados. Adjetivos que, hoje, compõem as escolas tradicionais brasileiras. Entretanto, é necessário que haja um entendimento que o conceito de qualidade é reconstruído constantemente, o que torna cada escola consideravelmente autônoma para idealizar a sua filosofia e sua qualidade. (HAMZE, Amélia. 2020). Em relação a escola pesquisada, é preciso cautela em nomeá-la como de qualidade, pois apesar da questão da disciplina, por conta da organização, da gestão, da limpeza etc., existe uma enorme indisciplina dos alunos, pois estes, apesar de não causarem revoltas, estão em constante confronto com os professores ao simplesmente não participarem das aulas, ou ao ignorarem os mesmos. Ou seja, mediante a Era Digital, os professores acabam lidando com a indisciplina pelo desinteresse, por conta, como visto na pesquisa, de aulas maçantes, o



que torna a inserção das tecnologias e da postura diferenciada do professor na educação importantíssima e indispensável para qualidade do ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente tema é relevante, sobretudo, diante de circunstâncias em que as atividades remotas ganham relevo dadas as necessidades de produção acadêmica em tempos de aulas não presenciais. Portanto, mediante ao contexto da Era Digital na escola pesquisada, foi visto que há a inserção dos aparelhos tecnológicos, bem como há a formação dos professores para tal. Porém, a real inserção não existe, pois, a sala de informática não é verdadeiramente utilizada pelos professores e nem há manutenção desta, e o maior motivo pela falta de uso, de acordo com os professores, é a indisciplina causada nessas aulas. Além disso, apesar do otimismo dos professores ao pensar na inserção da tecnologia digital na escola para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, os mesmos pouco buscam formas de modificar as aulas para torná-las mais interessantes, o que demonstra uma posição passiva quanto às mudanças sociais no país, intensificando as desigualdades e a falta de oportunidades na escola. Dessa maneira, a relevância deste estudo para a área educativa é de suma importância, pois a prática docente considerada de qualidade se encontra descontextualizada da realidade do país, o que leva a necessidade de os professores buscarem soluções para melhorar a inserção dos alunos, seja por meio dos aparelhos digitais ou por aulas diferenciadas, pois estas seriam algumas das formas de inseri-los tanto na Era Digital quanto no mundo.



REFERÊNCIAS

ALONSO, Kátia. **Cultura Digital e a Relação Professor-aluno:** da Autoridade Pedagógica à Autoridade Tecnológica. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 39, nº 142, jan/mar 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000100173&lng=pt&tlng=pt. Data de acesso: 18 de fevereiro de 2020.

_____. **Kátia Morosov Alonso.** 2020. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4751532A6>. Data de acesso: 20 de Fevereiro de 2020.

_____. **Inclusão Digital Induzida:** Problemas e propostas em um contexto escolar. Goiana, vol 20, nº 3, p. 567-588, set./dez. 2017. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/6839>. Data de Acesso: 19 de fevereiro de 2020

AQUINO, Julio. **Autoridade e Autonomia na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas.** ARAÚJO, Ulisses. Respeito e Autoridade na Escola. São Paulo: Summus, 1999. (p. 31-48)

_____. **Sobre mim:** bibliografia. Disponível em: <http://www.each.usp.br/uliarau/>. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2020.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na Escola:** o que é como se faz. 5ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. Disponível em: <https://marcosbagno.wordpress.com/sobre/>. Data de acesso: 20 de Fevereiro de 2020.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (Org.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea.** Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2.

BORDIGNON, Genuíno. **Sobre o autor.** Disponível em: <https://genuinobordignon.wordpress.com/about/> Acesso em: 20 de Fevereiro de 2020.

COSTA, Leonardo Figueiredo. **Novas tecnologias de inclusão digital:** criação de um modelo de análise. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital:** polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011.

_____. **Leonardo Figueiredo Costa.** 2020. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4773059H3>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2020.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípio Científico e Educativo.** 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 1997.



FONSECA, André Azevedo. **Como usar as Novas Tecnologias na Educação:** sala de aula deve ser ambiente de criação. Disponível em: <https://youtu.be/Zge9v2jIhRA>. Acesso em 19 de Fevereiro de 2020.

GONÇALVES, Ednilvia. **Pedro Demo** 2010. Disponível em: <http://pesquisaepaticapedagogicas.blogspot.com/p/pedro-demo.html>.

GRACINDO, Regina. **Regina Vinhaes Gracindo**. 2020. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2925615/regina-vinhaes-gracindo>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2020.

HAMZE, Amélia. **Indicadores da Qualidade na Educação**. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/indicadores-da-qualidade-na-educacao.htm>. Acesso em 27 de fevereiro de 2020.

LEMOS, André; COSTA, Leonardo. **Um modelo de inclusão digital:** o caso da cidade de Salvador. São Cristóvão. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, v. 7, n. 3, 2005.

MALIKOSKI, Fábio. **Analfabite**. 2017. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/analfabite/>. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2020. A Democratização da Gestão na Escola Pública. Portal Educação. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/a-democratizacao-da-gestao-na-escola-publica/45628>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

MENDONÇA, Patrícia. **Patricia Graziely Antunes de Mendonça**. 2016. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2020.